

A evolução urbana de Teresina: passado, presente e ...¹

Antonio Cardoso Façanha
Professor do Departamento de Geografia e História da
Universidade Federal do Piauí,
Mestre em Geografia pela UFPE

Introdução

(...) A cidade, sendo obra coletiva, tem maior diversidade – ela é construída ao longo do tempo e são as práticas sociais da vida cotidiana que articulam os objetos sociais e com isso se espacializam, o que lhes confere ao mesmo tempo uma maior continuidade (que não significa libertação).

Silvana Maria Pintaudi

O presente artigo tem como objetivo refletir sobre a evolução urbana de Teresina, capital do Piauí, analisando a cidade com o enfoque centrado na dinâmica urbana e espacial ocorrido na segunda metade do século XX. A intenção é de buscar uma leitura em que são narradas as ações dos agentes produtores e atores sociais, juntamente com os processos e as formas espaciais da cidade sempre em busca de uma leitura panorâmica. No primeiro momento será feito um recorte do passado em que será discutido as décadas de 1950 e 1960 que foram “determinantes” na configuração espacial da cidade de hoje. Em seguida serão discutidas as décadas de 1970, 1980 e 1990, sempre na intenção de contribuir para o entendimento e desvendamento da cidade do presente.

Recortando o passado da cidade

Inicialmente, serão enfocados algumas ações e processos ocorridos nas décadas de 1950 e 1960 que foram importantes para compreender a organização interna da cidade. Nos anos 1950, aconteceu, de forma mais concreta a ação dos industriais na produção da cidade, resultado do cenário nacional e regional, apesar de existirem pequenas unidades artesanais. Pode-se observar a

¹ Publicado na Carata CEPRO, Teresina, v.22, n.1, p.59-69), jan./jun. 2003.

evolução da indústria quando entre o período de 1918 e 1950, foram instalados 0,4 estabelecimentos por ano e que entre os anos de 1950-1967 já instalavam-se 7,5 indústrias por ano.

Na primeira metade dos anos 1960 mereceu destaque a fabricação de telhas e tijolos englobados nos ramos de minerais não-metálicos, enquanto, na segunda metade, expandiu-se o setor da construção, refletindo as ações da política habitacional do governo federal.

Um aspecto importante foi a emergência da representação política do setor industrial. Em 1954, foi criada a Federação das Indústrias do Estado do Piauí (FIEPI); em 1966, a Associação industrial do Piauí (AIP); em 1965 o Fomento Industrial do Piauí (FOMINPI) que, posteriormente, passaria a chamar-se de Companhia de Desenvolvimento Industrial do Piauí (CODIPI). Apesar do aumento da representação política, o setor industrial mostrou-se frágil em Teresina, devido a uma fraca articulação com outras cidades, um restrito mercado local e deficiências na sua infra-estrutura.

Na década de 1950, cresce a participação dos comerciantes na cidade, resultado do aumento do comércio varejista fruto do intercâmbio comercial com outras cidades beneficiado pela melhoria no transporte rodoviário. Na década seguinte surgiram importantes lojas que dinamizaram o comércio local. Quanto à representação política, a Associação Comercial do Piauí (ACP) foi criada desde o ano de 1903, tendo até os anos 1960 uma variedade de comerciantes que passaram na presidência da entidade, tendo destaque já em 1964 a presença de José Elias Tajra à frente da entidade.

O Estado, nos âmbitos federal, estadual e municipal foi um forte indutor da dinâmica urbana, reflexo do agravamento das contradições nas cidades. No âmbito federal, vale destacar a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH), em 1964, priorizando, naquele contexto, a habitação como a mais importante política pública. Tal política promoveu a construção de inúmeros conjuntos habitacionais, produzindo o espraiamento da malha urbana. Em Teresina, entre os anos de 1966 e 1969 foram construídos cinco (5) conjuntos habitacionais, com destaque para o conjunto habitacional do Parque Piauí, com um total de 2.294 unidades, na zona Sul, zona esta que concentrava a maioria dos conjuntos, com exceção do conjunto Primavera I, localizado na zona Norte.

Ao final dos anos 1960, seguindo a “onda” de incentivo ao processo de industrialização, foi criado o Distrito Industrial de Teresina (DIT), ocupando uma área de 196 hectares na zona Sul, estimulando a ocupação de novas áreas. Corrêa diz que o “distrito industrial, de localização periférica, resulta de uma ação do Estado visando, através da socialização de vários fatores de

produção como terrenos preparados, acessibilidade, água e energia; e, de acordo com interesses de outros agentes sociais, como proprietários fundiários e industriais, criar economias de aglomeração para as atividades de produção industrial” (1989, p. 56). A concentração do DIT juntamente com vários conjuntos habitacionais transformaram acentuadamente o tecido urbano na zona Sul.

Um outro processo sócio-espacial relevante foram as migrações de populações de alto poder aquisitivo, oriundas, em sua maioria, do antigo centro tradicional, em direção aos bairros da “Jockey Club do Piauí” – que, posteriormente, seria desmembrado em Jockey Club e Fátima -, São Cristovão, Planalto Ininga entre outros, localizados na zona Leste (ABREU, 1983, p. 72-73). Esse processo gerou um rebatimento espacial, concentrando uma fração da população que possuía um alto poder aquisitivo.

As mudanças acontecidas até esse contexto na cidade de Teresina “obrigavam” a um disciplinamento do uso e ocupação do solo urbano. Em 1969, foi apresentado o Plano Diretor Local Integrado (PDLI), o qual não surtiu muito efeito, aproveitando-se apenas as propostas relacionadas ao sistema viário radiocêntrico e com o anel rodoviário.

A década de 1970

Em 1970 a cidade de Teresina possuía uma população total de 220.487 habitantes (hab.) com 181.062 hab. residindo na zona Urbana o que equivale a 82,11%. Nessa década Teresina continuava a destacar-se no contexto estadual, beneficiada pela construção da hidroelétrica de Boa Esperança que contribuiu para dinamizar o setor industrial no Estado. Na cidade, os setores da construção civil, da cerâmica, de confecções, de bebidas, alimentício, de pasteurização, de colchões e móveis se expandiram por toda a cidade, refletindo o “milagre econômico” brasileiro.

Nessa mesma década, o comércio mostra os efeitos da mudança que ocorria em nível nacional, surgindo inúmeras concessionárias no setor automobilístico, ampliando, também, o setor de autopeças e pneus, com a criação de lojas especializadas. Esse processo sócio-espacial foi visível nos corredores das avenidas Miguel Rosa e Barão de Gurguéia, ambas localizadas na zona Sul. Ao tempo em que se expandiu o comércio na cidade, ocorreu uma cristalização na ACP, com a supremacia do grupo da família Tajra, tornando-se uma representação política forte no comércio local.

Intensifica-se o processo de descentralização espacial, principalmente com o aparecimento de supermercados, em novos subcentros regionais, “aniquilando”, em parte, com os pequenos

comerciantes. Na zona Norte, surgiram pequenos núcleos de comércio próximos aos bairros do Buenos Aires e Água Mineral. Nas zonas Sul e Leste, a construção de conjuntos habitacionais estimulou o surgimento de núcleos comerciais, além dos corredores comerciais a exemplo das avenidas Barão de Gurguéia e Miguel Rosa, na zona Sul. As avenidas Centenário e Duque de Caxias, na zona Norte. João XXIII e Nossa Senhora de Fátima na zona Leste. A descentralização espacial com a criação de onze (11) conjuntos habitacionais, principalmente na zona Sul, dinamizou outros setores da sociedade, além do setor comercial. Quanto aos conjuntos habitacionais destaque para o Dirceu Arcoverde (1977) e o Saci (1979) respectivamente, com 3.040 e 2.034 unidades.

A cidade continuava a receber os impactos das ações das políticas de habitação dos governos federal e estadual, que implicavam em transformações importantes na malha urbana. No entanto, em resposta ao agravamento das condições de vida na cidade, o governo municipal começava a intervir no cenário urbano a partir de 1975, realidade que culminou com a elaboração do I Plano Estrutural de Teresina (I PET) em 1977, que objetivava fazer um “zoneamento que dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo urbano de Teresina, preocupando-se em fixar padrões de densidade por zonas, mediante a definição das áreas de expansão e implantação do perímetro urbano” (SILVA, 1989, p. 52). O governo municipal agia como regulador do uso do solo urbano em busca do seu disciplinamento, bem como provedor de externalidade ao dotar os conjuntos habitacionais de infra-estrutura, e construir galerias pluviais, mercados públicos e unidades de saúde em bairros localizados na periferia da cidade.

A necessidade de uma maior regulação no uso do espaço urbano devia-se à própria complexidade em que se configurava Teresina. A emergência de novos processos espaciais revelava a construção de um território contraditório espacialmente e desigual socialmente. Em meados da década, enquanto ocorria a construção de uma área de segregação residencial na zona Leste da cidade, concentrando populações de alto poder aquisitivo, acontecia na cidade, resultado de fatores externos e internos à cidade, o surgimento das primeiras favelas. Ao mesmo tempo surgiam novos atores sociais que atuavam como mediadores das alianças e dos conflitos entre os agentes produtores no espaço. Vale destacar na zona Sul a forte influência da Igreja Católica.

A década de 1980

A organização interna da cidade vai ficando cada vez mais complexa, tendência que intensifica-se na década de 1980, marcada pelo surgimento de novos atores e pela consolidação de

processos espaciais iniciados nas décadas anteriores. Teresina, em 1980, já tem uma população total de 377.174 hab. com 339.042 hab. residindo na zona Urbana o que equivale a 89,74%.

Quanto aos conjuntos habitacionais, ocorre uma mudança espacial. Os conjuntos não ocupam grandes espaços de terra, nem se situam na periferia da cidade, sendo construídos com poucas unidades, se comparadas a década passada, caracterizando um novo padrão com unidades residenciais de apartamentos, a exemplo do conjunto Tancredo Neves. Ao todo foram construídos 24 conjuntos. As zonas Leste, Sul e Norte apresentam importantes conjuntos, a exemplo do Itararé, do Promorar e do Mocambinho, respectivamente.

Intensificou-se o processo de descentralização do comércio, na década de 1980, ocasionando um espraiamento em todas as direções da cidade. Nesse contexto, a área central sofreu um processo de revalorização das atividades comerciais, enquanto foram construídos corredores comerciais nas grandes avenidas. Emergiram como um processo espacial novo, os pequenos *Shoppings Centers* nas proximidades da Avenida Nossa Senhora de Fátima e do Balão do São Cristovão. Vale destacar a construção de pólos de comércio e serviço. Quanto aos centros polarizadores, é pertinente destacar o bairro centro, na zona Centro, os bairros Jóquei e Noivos na zona Leste, para citar alguns. Quanto aos centros polarizadores de bairro a curto prazo, vale ressaltar a importância dos bairros São Joaquim e Memorare na zona Norte, os bairros Monte Castelo, Cristo Rei e Parque Piauí na Zona Sul. Em relação aos centros polarizadores a longo prazo, destacar-se-ão apenas os bairros Todos os Santos e São Sebastião, na zona Sudeste.

Uma questão a destacar é em relação aos pólos de serviço institucional, que são importantes para o entendimento da dinâmica espacial da cidade. O papel econômico das instituições federais, estaduais e municipais é expressivo, devido o grande peso do setor administrativo na economia da cidade, além de serem grandes consumidoras de espaços, a exemplo da EMBRAPA e do Aeroporto de Teresina na zona Norte; do Centro Administrativo e da CHESF na zona Sul; do Pátio de Manobras da REFSA e do Terminal de Petróleo Vale do Sol Nascente na zona Sudeste; e, por último, do Parque Zoobotânico e da Universidade Federal do Piauí na zona Leste.

Nessa década, a cidade apresentou um crescimento no setor industrial, principalmente em relação às pequenas empresas, com destaque para o setor de confecções. Um outro setor que expandiu foi o da indústria da construção civil, apresentando nos primeiros anos um número de 56 imobiliárias, o que registrava a existência de forma mais organizada dos promotores imobiliários, ações que foram espacialmente visualizadas com o processo de verticalização nos bairros Cabral,

Frei Serafim e Ilhotas. A cidade apresentava uma mudança cultural que promovia a busca de setores da população da classe média alta em busca de apartamentos, atraídos pela segurança e pelas amenidades, já que os condomínios localizavam-se próximos do rio Poti. Ao final da década, as suas ações aconteciam em várias zonas da cidade, mostrando uma organização em suas ações com um olhar de totalidade, não mas agindo somente em algumas áreas. A zona Leste, naquele contexto, na proximidade dos bairros Fátima e Jóquei, concentrava uma área de segregação residencial de alto *status* com residências de luxo, passando a incorporar uma outra área de segregação residencial com edifícios de apartamentos, reforçando uma tendência da década anterior. Essa área revelava uma articulação entre o capital imobiliário, financeiro, fundiário e produtivo, sedimentando um *habitat* burguês.

Nos anos 1980 ganhou expressão na cidade o processo de favelização. A redemocratização do país foi um dos fatores que contribuiu para que os grupos sociais excluídos contribuíssem para uma maior intervenção no tecido urbano. Em meados da década, resultado das inundações ocorridas na cidade, em especial na zona Norte, surgiram as ocupações de terras, realizadas de forma organizada por grupos sociais excluídos, atuando de forma articulada com os movimentos sociais urbanos (Organizações não governamentais, associações de moradores, lideranças políticas etc.), principalmente com a Federação das Associações de Moradores e Conselhos Comunitários (FAMCC) e a Federação de Associações de Moradores do Estado do Piauí (FAMEPI). Esse contexto cristalizou os movimentos de luta em defesa da moradia.

Capitaneado pela nova Constituição do Brasil em 1988, o governo municipal elaborou o II Plano Estrutural de Teresina (II PET). Essa nova investida, quanto ao disciplinamento do uso do solo urbano, transformou-se em uma tentativa de equacionar os problemas existentes na cidade, a exemplo do aumento do número de favelas, contrapondo-se à construção de áreas nobres. O espaço urbano se fragmenta. O II PET orienta a expansão da cidade em direção a zona Leste, tendo como razão

(...) o conflito com o rios, as restrições à ocupação na zona Sul (áreas de topografia acidentada e de proteção do manancial de abastecimento d'água) e a grande concentração de lagoas e áreas alagadiças na zona Norte da cidade, é indicada a prioridade de ocupar a zona Leste da cidade, no sentido de se retirar o máximo de funções urbanas do espaço entre os rios, diminuindo futuras despesas com serviços de infra-estrutura de grande porte para a transposição dos mesmos. (Perfil de Teresina, 1993, p. 38).

Em relação a organização territorial de Teresina, o II PET demarcou a cidade em 108 bairros, através da Lei nº 1.934 de 16 de agosto de 1988, através de cinco zonas administrativas: Centro, Norte, Sul, Sudeste e Leste. Cabe ressaltar que, antes, existiam apenas as zonas Centro, Norte, Sul e Leste, tendo esta última, a zona Leste, se desmembrado em zona Leste e Sudeste.

Uma outra medida do governo municipal, foi em 1989, quando foi sancionada a Lei de nº 1.271 criando o Conselho de Desenvolvimento Urbano (CDU) que tinha como objetivo apreciar diretrizes, estratégias, prioridades e instrumentos para a política de desenvolvimento urbano de Teresina, e opinar sobre eles. Tal lei visava, também, acompanhar e avaliar sistematicamente a implantação do II PET. A interferência no espaço urbano aconteceu, também, no plano da regularização fundiária, quando, entre o período de 1980 a 1989 foram expedidas 11.496 certidões de Habite-se e regularização de 10.243 lotes urbanos.

A década de 1990

As reflexões até aqui trabalhadas revela a intensificação e variedade dos processos sócio-espaciais. O setor industrial apresentou um certo dinamismo nos ramos da construção, alimentos, metalúrgica, construção civil e vestuário, no entanto, não foi capaz de alavancar a economia da cidade, devido às dificuldades quanto ao capital de giro, acesso ao crédito, a ausência de uma política industrial atrativa, bem como de um frágil mercado consumidor. Pode-se afirmar que aconteceu um certo “congelamento espacial” quanto aos núcleos de indústria na cidade. Quanto a população, em 1991, o município apresentava uma população total de 598.323 hab. sendo que 555.985 residiam na zona Urbana o que equivale a 92,92%.

Por sua vez, os setores de comércio e serviços continuavam a sustentar a economia local, setores que se desenvolveram em aliança com a própria expansão da cidade. O surgimento de novas favelas, vilas e bairros na cidade contribuiu para a ampliação de núcleos de comércio e serviço. No setor industrial proliferam as pequenas e médias empresas em toda a cidade. Um outro setor que se expandiu foi o das construtoras e imobiliárias, ampliando as suas ações em todas as direções da cidade, descentralizando-se espacialmente, assumindo novas estratégias, criando uma “cultura” de investimentos imobiliários. Essa realidade pode ser percebida quanto ao aumento de construtoras e imobiliárias.

Em 1992, o governo municipal publica uma nova legislação urbana. Esse documento, através das Leis de nºs 2.264, 2.265 e 2.266, de 16 de dezembro, definiu a ocupação do solo urbano, o uso

do solo urbano e o código de obras e edificações de Teresina. No texto de apresentação do documento, o Prefeito Wall Ferraz naquele contexto, justificou a necessidade de atualização da legislação, ao dizer que percebia, “por toda parte, o crescimento vertical da cidade. A população aumentando a olhos vistos. O crescimento expandindo-se pelos bairros. Construções realizadas de forma desordenada. Tudo, portanto, a reclamar modernas e eficazes leis municipais” (Legislação Urbana de Teresina, 1993, p. 1). Essa legislação surgiu por pressão dos agentes do setor imobiliário, sinal importante da ampliação do nível de organização desse setor, além de consolidar nos primeiros anos de 1990 o processo de verticalização em Teresina.

Já, através da Lei de nº 2.113 de 10 de fevereiro de 1992, o poder municipal instituiu uma nova lei passando de 108 para 110 bairros. Em 10 de março de 1994, através da Lei de nº 2.283 a cidade sofreu novas alterações territoriais, surgindo quatro bairros na zona Sudeste: Cuidos, Verdecap, Bom Princípio e Santana. Em 17 de maio de 1994 com a Lei nº 2311 altera-se a zona Sul em que desaparecem os bairros Angelim e Angelim Sul, os quais fundiram em um só bairro denominado de Angelim. Dessa forma, a cidade passou a possuir 113 bairros.

Um importante aspecto desse contexto foram as intervenções do poder público no sentido de dimensionar a expansão das vilas e favelas na cidade. Em um trabalho, elaborado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral, constatou-se que a cidade de Teresina, em 1991, possuía 56 vilas e favelas, estando a maioria localizada nas zonas Norte e Sul. Em 1993 a Secretaria Municipal de Trabalho e de Assistência (SEMTAS), juntamente com a FAMCC e a FAMEPI elaboraram o I Censo de Vilas e Favelas de Teresina registrando “(...) 141 áreas consideradas vilas, favelas ou similares, com 14.077 moradias que abrigam 14.542 famílias, envolvendo 67.503 pessoas que constituem 10,52% da população do município” (Censo de Vilas e Favelas (I), Teresina, 1996, p. 16).

Em 1996, foi realizado o II Censo de Vilas e Favelas, capaz de detectar um decréscimo no número de vilas e favelas: “o número de ocupações é da ordem de 149 vilas, favelas e áreas de assentamentos, com 24.895 domicílios, abrigando 25.775 famílias e uma população de 94.617 habitantes, representando 12,83% da população do município, considerando que o Perfil de Teresina – 1993, estima sua população para 1996, em 737.450 habitantes” (ib. Ibid.).

Os dados otimistas dos resultados emitidos pelos censos são questionáveis, tendo em vista que a própria realidade da cidade demonstrava apresentar índices muito graves frente à problemática

urbana. Existe uma leitura que demonstra que a problemática habitacional na cidade está sendo, gradativamente, “erradicada”. O discurso, no II Censo, enfatiza que na

(...) questão urbana, a busca de soluções às demandas populares pela moradia, vem se consolidando como parte da política de habitação e regularização fundiária implementada pela Prefeitura Municipal de Teresina, iniciada no período de 1975 a 1979, através de reconhecimento e de institucionalização das ocupações de loteamentos irregulares e de terras públicas municipais, sendo retomada entre 1986 e 1988 e reiniciada em 1993, tendo realizado até maio de 1996, a desapropriação e desafecação de 766.211 há e 195.999 há de terras, respectivamente, e concedido Título de Cessão de Posse e Uso a 3.906 famílias(...). (Ibid., p. 15).

Em 1997 amplia-se o perímetro urbano da cidade. A Lei nº 2.515 de 18 de abril cria o bairro Pólo Empresarial Sul na zona Sul; a Lei nº 2.577 de 20 de outubro cria o bairro Santa Maria da CODIPI na zona Norte e, as Leis de nº 2.507 e 2.596 criam, respectivamente, os bairros Parque Sul e Portal da Alegria ambos na zona Sul. É visível a ampliação dos limites urbanos no sentido Sul da cidade.

Nessa década o processo de verticalização ganha novos contornos e se expande em novas direções sempre de “mãos dadas” com agentes econômicos que sabem fazer muito bem o “marketing urbano”, apropriando-se dos melhores pedaços da cidade, tendo sempre como vizinhos moradores considerados “nobres”. As áreas de concentração de edifícios residenciais e comerciais migram do Centro em direção aos bairros localizados ao entorno dos *shoppings centers* e deslocam-se, lentamente, no sentido Sul margeando o rio Poti e à avenida Cajuína.

Entre os anos de 1995 e 1996, surgem os dois *shoppings centers* da cidade, “Teresina Shopping” e “Riverside Walk”, espacialmente próximos e separados apenas pela distância de um quilômetro, oferecendo novos serviços e novas formas de comportamento aos cidadãos teresinenses. Esses núcleos de comércio e serviço, artificialmente construídos, criaram novas centralidades na cidade, alterando o cotidiano das pessoas e das famílias. Vale destacar que o uso dos espaços dos *shoppings* está relacionado a uma rede geográfica que envolve a moradia de luxo e o acesso a serviços específicos de um segmento social da cidade.

Contrariando em ritmo e em direção, ampliam-se as áreas residenciais de baixo “status”, a exemplo da ocupação da Vila Irmã Dulce, na zona Sul em 1998. Essa ocupação de terra teve um significado diferente e particular representando uma conquista dos setores envolvidos na luta urbana. A concretização do sonho da moradia ocorrido na Vila não foi uma conquista individual e, sim, coletiva, cristalizando na história e no tecido urbano da cidade um momento ímpar em que a

ordem social foi alterada em defesa da moradia, da terra, da cidadania e da vida. Ao mesmo tempo a cidade apresentou um forte crescimento horizontal no sentido das zonas Norte, Leste, Sudeste e Sul, ampliando a malha urbana, recriando novos espaços “habitáveis”.

Nessa década foram construídos 25 conjuntos habitacionais. No entanto é preciso frisar que a ampliação do número de conjuntos ao longo das décadas é contraditória ao número de unidades habitacionais. Os conjuntos são construídos com poucas unidades a exemplo do Mocambinho IV (1996) com apenas 78, o Dignidade I (1996) com 87, o Deus Quer II (1997) com 200 e o Lagoa Azul I (1998) com apenas 19 unidades. Um outra mudança é a quanto as fontes de financiamentos, pois o Banco Nacional de Habitação (BNH) que teve forte participação nas décadas anteriores é substituído pelos financiamentos da Companhia de Habitação (COHAB-PI), do IAPEP, do Habitar-Brasil, do autofinanciameto e da auto gestão.

Em 1999, o poder público realiza o III Censo de Vilas e Favelas objetivando atualizar os dados já existentes nos Censos anteriores e avaliar os impactos das políticas públicas implantadas pelo poder local em relação ao Projeto Vila-Bairro. O Censo registrou a existência de 117 vilas, 24 favelas e 9 parques e residenciais, com um total de 38.852 famílias e uma população de 133.857 habitantes, ocupando 37.820 domicílios. Um aspecto importante é a tentativa de regularização de lotes urbanos promovido pelo poder público municipal. Em 1998 ocorreram 1.721 e em 1999 chegou-se a 2.686 emissões de títulos de posse.

A questão é: o que promoveu a diminuição das favelas? Por que o aumento de vilas e o aparecimento de parques e residenciais? Essas questões ficam em aberto para um posterior debate. No entanto, não se pode negar as tentativas de esforço por parte do poder público ao realizar intervenções no espaço urbano. No entanto, é preciso compreender se tais intervenções foram de fato responsáveis por tal “erradicação”, frente a diminuição do número de vilas e favelas. Assim, urge uma análise mais apurada dos impactos dessas medidas na cidade, além de analisar, mais cuidadosamente, a metodologia empregada e as estratégias de *marketing*, facilmente percebidas na organização dos Censos.

O presente recente de Teresina e o ...

A realidade presente da cidade deve ser vista e analisada a partir do ano de 2000 quando novas intervenções são realizadas no espaço urbano. O município de Teresina já possui uma população total de 715.360 hab. com 613.767 residindo na zona Urbana o que equivale a 94,70%.

O início desse ano é marcado, em Teresina, pela ação do poder público na criação em 26 de dezembro das Superintendências de Desenvolvimento Urbano (SDUs) Centro-Norte, Leste-Sudeste e Sul que tem como objetivo “executar de forma descentralizada as políticas públicas referentes aos serviços urbanos básicos, fiscalização e controle, obras e serviços de engenharia, meio ambiente, habitação e urbanismo, observado o planejamento urbano municipal” (LEI n. 2.960 de 26 de dezembro de 2000, DOM – Teresina, ano 2000 – n. 801). O questionável é por que criar uma nova regionalização administrativa da cidade em que as áreas foram restringidas. Vale lembrar que antes do II PET, em 1988, a cidade era dividida em Centro, Norte, Leste e Sul. Após o II PET a cidade ficou regionalizada em Centro, Norte, Leste, Sudeste e Sul. Ou seja, deveria haver uma regionalização mais ampla, criando as secretarias regionais ou sub-Prefeituras devido ao intenso processo de expansão da cidade ocorrido na década de 1990.

No ano seguinte, em 2001 o poder público cria o bairro Chapadinha, na zona Norte através da Lei nº 3.029 de 04 de julho expandindo a cidade no vetor Norte. No mesmo ano, o poder público dá início a elaboração do Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável de Teresina, intitulado Agenda 2015. Esse documento mostrou-se na intenção de ser um “novo plano diretor da cidade” nos moldes dos planos estratégicos elaborados no Brasil na década de 1990. Durante o processo de elaboração do documento que se estendeu até agosto de 2002, foi visível a exclusão de setores importantes da cidade na discussão e elaboração de projetos, além de ter se distanciado dos planos diretores, anteriormente feitos em Teresina, bem como dos preceitos consubstanciado na Agenda 21 e nos instrumentos normativos especificados no Estatuto da Cidade em 2001. Esses descompassos revela que a intenção da Agenda 2015 é de ser uma carta de intenção, devidamente articulada entre o poder público e setores privados que restringem o olhar da cidade a dimensão do mercado.

Enfim, esse rastreamento das marcas do passado e do presente de Teresina visa elucidar e sinalizar interpretações diante do que virá. Nesse sentido, visualizar o futuro é “rastrear, medir e sentir as transformações presente que estão cristalizadas e sedimentadas em marcas do passado. É preciso (des)construir a cidade exercitando a capacidade de intervir no presente. Pois o futuro é percebido através das tendências já devidamente materializadas em ações, gestos e intenções” (FAÇANHA, 2002, p. 232).

BIBLIOGRAFIA

ABREU, Irlane G. de. **O crescimento da Zona Leste de Teresina – um caso de segregação?** Dissertação de Mestrado. UFRJ, Rio de Janeiro, 1983.

ARAÚJO, José L. L. A verticalização como segregação espacial em Teresina. **Revista Espaço-Tempo**. V.1, n.3, Departamento de Geografia e História (UFPI), 1993.

AZEVEDO, S. de & ANDRADE, L. A G. de. **Habitação e poder**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

CANEVACCI, Massino. **A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana**. Trad. Cecília Prada. São Paulo: Edusp, 1993.

CARLOS, Ana F. A. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 1982.

Censo das Vilas e Favelas (I) – Secretaria Municipal de Trabalho e Assuntos Comunitários (SEMTAC)/Prefeitura Municipal de Teresina, Teresina, PI, 1993.

Censo das Vilas e Favelas (II) – Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social, PMT, Teresina, PI, 1996.

Censo das Vilas e Favelas (III) – Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social, PMT, Teresina, PI, 1999.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

FAÇANHA, A. C. **Entender a cidade**. Encarte dos 150 anos de Teresina, Jornal O Dia, 06 de Outubro de 2002.

_____. **A evolução urbana de Teresina: agentes, processos e formas espaciais na cidade**. Dissertação de Mestrado em Geografia, UFPE, 1998.

_____. **A evolução urbana de Teresina: entre “vilas” e favelas (1970-1995)**. Projeto de Dissertação, Mestrado em Geografia, UFPE, 1996.

GONÇALVES, M. F. (org.). **O novo Brasil urbano: impasses, dilemas, perspectivas**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1995.

Legislação Urbana de Teresina – Prefeitura Municipal de Teresina, 1993.

LIMA, A. J. de. **Favela COHEBE: uma história de luta por habitação popular**. Teresina: EDUFPI, 1996.

MATOS, M. de F. **Localização e caracterização da pobreza urbana na grande Teresina**. Carta CEPRO, v.16, 1995.

MELLO, J. M. C. de. **Movimentos sociais e participação política**. Teresina: CEPAC, 1994.

MOREIRA, A. A. N. et alii. **A cidade de Teresina**. Boletim Geográfico. Rio de Janeiro, IBGE, n.230, 1972.

NUNES, Maria C. P. & ABREU, I. G. de. Vilas e cidades no Piauí. In: SANTANA, R. N. M. de (org.) **Piauí: formação, desenvolvimento e perspectivas**. Teresina: FUNDAP, 1996.

Perfil de Teresina - PMT, 1993.

Plano Estrutural de Teresina (II PET) – Diário Oficial do Município – n. 109, Dezembro, 1988.

SANTANA, R. N. M. de. **Evolução histórica da economia piauiense**. s/l, Cultura, 1964.

SILVA, M. D. **Em busca da prevalência: padrões de relacionamento entre movimentos sociais urbanos e Estado, em Teresina**. João Pessoa: UFPB, Dissertação de Mestrado, 1989.

SOUZA, A. J. de M. **Situação das indústrias do estado do Piauí, perspectivas de desenvolvimento e principais dificuldades**. Conferência na Escola Superior de Guerra (ESG), Teresina: 20/junho, 1996.

TAJRA, J. E. & TARA FILHO, J. E. O comércio e a indústria no Piauí. In: SANTANA, R. N. M. (org.) **Piauí: formação, desenvolvimento e perspectivas**. Teresina: FUNDAP, 1996.